

Trajetórias da história da psicologia em Santa Catarina: criação do curso de psicologia na UFSC

Daniela Ribeiro Schneider

Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Resumo

O Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) completou, em 2008, trinta anos de implantação, sendo um marco na história da psicologia em Santa Catarina, por ser o primeiro curso do Estado, mudando o perfil da profissão na região. O objetivo da pesquisa foi conhecer a história da criação do Departamento de Psicologia e do respectivo Curso de Graduação, sua relação com o momento histórico da universidade e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina, destacando o contexto da consolidação da profissão de psicologia neste Estado. Para tanto, situa-se a história da psicologia em Santa Catarina anterior à criação do Curso de Psicologia da UFSC, justamente para que se possa compreender a importância deste fato histórico na trajetória desta ciência e profissão no Estado. Depois, descreve-se como ocorreram os meandros da criação do Departamento de Psicologia na UFSC, e os caminhos trilhados para a criação do referido curso. Por fim, discute-se o papel deste no cenário hodierno na psicologia em Santa Catarina e no Brasil.

Palavras-chave: História da Formação em Psicologia, História das Instituições em Psicologia, Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, História da Psicologia.

History of psychology in Santa Catarina state: Creation of the undergraduate program in psychology at UFSC

Abstract

The year of 2008 was the year of the 30th anniversary of the implementation of the Undergraduate Program in Psychology at Federal University of Santa Catarina (UFSC), which was a landmark in the history of psychology in Santa Catarina State, as it was the first undergraduate major in this area created in the State, changing the profile of this career in the region. The purpose of this research was to investigate the history of the implementation of the Department of Psychology and its Undergraduate Program, as well as the relation this event had with the historical moment the University was going through and with the socio-economic development of Santa Catarina State, focusing on the context of the consolidation of this career in the region. Thus, locate the history of psychology in Santa Catarina before the creation of Psychology Course UFSC, just so you can understand the importance of this historical event in the history of science and profession in the State. Then it describes as was the creation of the Department of Psychology at UFSC, and the paths to the creation of this course. Finally, we discuss the role of this in today's scenario in psychology in Santa Catarina and Brazil.

Keywords: History of Education in Psychology, History of Educational Institutions in Psychology, Undergraduate Program in Psychology at Federal University of Santa Catarina, History of Psychology.

O curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) completou, em 2008, trinta anos de implantação. Considerado um marco na história da

psicologia em Santa Catarina, por ser o primeiro curso do Estado, contribuindo na consolidação da profissão na região, na medida em que trouxe professores de outras regiões do

Brasil, implementou a formação e qualificação de psicólogos no Estado, iniciou a produção de conhecimentos psicológicos por esta região.

O objetivo deste artigo é destacar a história da criação do Curso de Psicologia na UFSC, sua relação com o momento histórico da universidade e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado, verificando suas implicações para a consolidação da psicologia nesta região.

O artigo contempla duas pesquisas realizadas em momentos diferentes:

A) a primeira destaca a história da psicologia em Santa Catarina, anterior à fundação do curso de Psicologia da UFSC. Realizada em 1998, foi solicitada pelo Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região (CRP-12), para fins de apresentação na “I Jornada Catarinense de Psicologia”, ocorrida em agosto do citado ano, em Florianópolis. A metodologia utilizada partiu da listagem dos cem primeiros psicólogos inscritos no CRP-12, dentre os quais foram destacados os dois primeiros psicólogos inscritos em oito cidades consideradas pólos do Estado, por serem as maiores em número de habitantes e de psicólogos inscritos no CRP na época (Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Itajaí, Joinville, Criciúma, Tubarão, Lages). Os psicólogos que aceitaram participar da pesquisa respondiam a uma entrevista semi-estruturada, com questões que versavam sobre sua formação, atividades profissionais desenvolvidas quando chegou à cidade pólo, organizações iniciais da categoria na região, visão sobre as atividades pioneiras em psicologia na cidade destacada, entre outros aspectos. Foi utilizada a análise de conteúdo (Olabuénaga, 1999) para a categorização e discussão dos dados.

B) A segunda pesquisa, realizada em 2007 e 2008, foi dirigida à história do curso de psicologia da UFSC. A metodologia utilizada sustentou-se nos seguintes instrumentos: 1) história oral – entrevistas gravadas e filmadas com quatro professores presentes na fundação do curso; 2) análise documental: 2.1) fontes primárias – documentos de criação do departamento e do curso em questão; 2.2) fontes secundárias: legislação nacional da profissão psicólogo; artigos e publicações a respeito da situação sócioeconômica de Santa Catarina na época da criação do curso, da fundação da UFSC, da criação do departamento e curso de psicologia da UFSC. O

procedimento para análise das fontes foi a análise de conteúdo (Olabuénaga, 1999).

A Situação Socioeconômica do Estado e suas Implicações na Fundação da UFSC

Santa Catarina tem como característica ser um mosaico étnico-cultural, na medida em que sua população tem origens diversificadas (indígena, açoriana, portuguesa, italiana, alemã, africana, polonesa, entre outras), fazendo coexistirem as mais diversas tradições culturais e atividades econômicas (Santos, 2000).

Em termos da formação socioeconômica, o Estado seguiu, sem dúvida, os marcos da formação do Brasil, ajustando-se à expansão da economia nacional, através da integração do mercado interno, do processo de industrialização e da urbanização acelerada (Goularti Filho, 2002). No entanto, também devem ser consideradas certas peculiaridades da dinâmica interna do Estado, como é o caso da presença marcante de imigrantes.

A primeira leva foi de açorianos, que migraram de uma das nove ilhas de Açores, pois a região sofria de muitos abalos sísmicos e tinha fraco desenvolvimento econômico, com situação, à época, de miséria da população. Aproveitaram a determinação do Rei de Portugal, de 1746, que visava o povoamento das terras devolutas no Brasil, principalmente no Pará, Maranhão e Santa Catarina. Depois, o segundo maior contingente de imigrantes, principalmente de origem italiana, alemã, polonesa, árabe, entre outras, chegou a partir de 1850, tendo por base a nova política colonizadora do Brasil Imperial, conhecida como a “Lei de Terras”, que a província de Santa Catarina adotou, a fim de atrair estrangeiros que passavam dificuldades em seus países de origem em função de guerras e crises econômicas, mas que se constituíssem numa mão de obra mais qualificada, colonos e operários.

Esta situação da presença forte da imigração traz um duplo desdobramento para a economia no Estado: por um lado, a presença de pequenas propriedades rurais, através das terras ganhas ou adquiridas por estes colonos; por outro, o início da constituição do parque industrial catarinense, ligado à presença de imigrantes com qualificação profissional para a manufatura e estimulados por idéias modernizadoras vindas da Revolução Industrial

que já havia atingido seus países de origem (Piazza & Hübener, 1987).

Segundo Goularti Filho (2002), pode-se dividir a economia catarinense em quatro grandes períodos: 1) *origem e crescimento do capital industrial (1880-1945)*, com as indústrias advindas do extrativismo (erva-mate, carvão, madeira), dos alimentos (agroindústria) e a têxtil; 2) *diversificação e ampliação da base produtiva (1945-1962)*, com a expansão dos setores já consolidados (madeira, carvão, alimentos, têxtil) e a criação de novas indústrias (cerâmica, papel e papelão, metal-mecânica), havendo uma metamorfose do capital de mercantil para o industrial; 3) *integração e consolidação do capital industrial (1962-1990)*, constituindo-se em período de planejamento ordenado para o desenvolvimento da economia catarinense e a conquista de domínio nacional de alguns setores da indústria do Estado; 4) *desarticulação política e reestruturação econômica após 1990*, que levou a uma reestruturação produtiva e patrimonial.

As décadas entre 1940 e 1960 representaram em Santa Catarina, assim como em todo o Brasil, um momento de crescente urbanização, devido à exigência de modernização do país, implementada pela ênfase no nacionalismo e populismo. O crescimento da economia industrial do Estado, por sua vez, estimulou a formação de mão-de-obra qualificada (Goularti Filho, 2002).

Paralelamente, ocorre no Estado um período de efervescência cultural, produzindo o que os historiadores denominam de “modernismo tardio”, com a organização de grupos de intelectuais e artistas (Corrêa, 2000). Em 1948, foi lançada a revista *Sul*, representante das idéias de um desses grupos; organizado o 1º Congresso de História Catarinense, do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense; bem como criado o Museu de Arte Moderna de Santa Catarina. Tal contexto levou à constituição de espaços de formação intelectual e profissional, desdobrando-se na crítica ao ensino elitista até então instituído e em reivindicações por vagas em cursos superiores para jovens da classe média. As novas demandas iniciaram a luta pela criação de ensino superior no Estado (Santos, 2000).

Corrêa (2000) afirma que:

As Universidades passaram a ser a mola propulsora de novas concepções da

realidade e da extraordinária capacidade de criação intelectual e científica do catarinense. A multiplicidade das Universidades e estabelecimentos de Ensino Superior isolados representou a montagem final de um aparelhamento que teve início na década de sessenta, com a criação da UFSC. Os mais importantes frutos dessas Instituições, além da formação profissional de milhares de jovens, têm sido as concepções sempre renovadas sobre a cultura e os demais aspectos da realidade catarinense (p. 129).

A primeira faculdade criada em Santa Catarina foi a de Direito, em 1932. A partir de então, surgem outras, como a de Ciências Econômicas (1943), a de Farmácia e Odontologia (1948), a de Filosofia (1951), a de Serviço Social (1959) e a de Medicina (1959). Seguindo a tendência nacional, Santa Catarina ansiava pela unificação das diversas faculdades em uma única universidade; luta concretizada em 1960, quando é criada a UFSC, através da Lei n. 3.849 da Presidência da República.

No Estado, os anos de 1960 a 1970 caracterizaram-se pelo desenvolvimento planejado, através de planos de metas dos governos, que visavam a melhoria nas condições de vida, a criação de infra-estrutura urbana e rural e a expansão econômica agrícola e industrial. Necessitava-se, assim, de investimento na qualificação da mão-de-obra, para dar suporte ao pretendido desenvolvimento econômico (Goularti Filho, 2002). Uma das soluções planejadas foi a expansão dos cursos na UFSC, que foi gradativamente crescendo em termos de oferta de diferentes formações, de contratação de professores e servidores técnico-administrativos, bem como em número de alunos (Ferreira Lima, 2000).

Neste período, a ditadura militar, a fim de garantir o desenvolvimento nacional e a transformação do Brasil em uma “potência” para a competitiva Guerra Fria, precisava instituir mudanças nas universidades visando sua maior eficiência e produtividade, dirigindo-a para o mercado de trabalho, em tempos de expansão da industrialização brasileira. Precisava, também, conter a oposição ao Regime Militar, que tinha na Universidade um dos seus focos de resistência, entre estudantes e professores. A UFSC realizou tais intentos com

a implantação da Reforma Universitária, de 1968 (Lei n. 5.540/68), segundo modelo imposto pelos Estados Unidos, através do conhecido acordo MEC-USAID, que atrelou o desenvolvimento da nação e seu investimento em educação ao jogo de economia comandada pelos organismos internacionais (Mancebo, 1999; Antunes, 2004).

A UFSC teve de se adaptar à Reforma Universitária, com vistas à sua dita modernização. Pela Portaria 220/69, foi-lhe instituída uma nova estrutura. Como destaca o primeiro reitor da universidade: “era uma mudança radical, completa. Ao invés de faculdades, séries e anos letivos; centros, departamentos, fases (semestres) e créditos, com todas as suas consequências, modificações e complementações” (Ferreira Lima, 2000, p. 200). Os diversos setores da universidade passaram a ser um corpo único, sendo que para se tornar efetivo seus dirigentes entenderam a necessidade de se implantar o vestibular único e unificado. A UFSC realizará a primeira experiência brasileira desse tipo de vestibular, que servirá de modelo para a lei federal baixada logo em seguida sobre a matéria (Ferreira Lima, 2000).

Em meio a embates, greves, conquistas políticas e acadêmicas, ao levar-se em consideração as contraditórias relações entre o corpo docente, discente e dirigentes, bem como a problemática das políticas educacionais e verbas para a educação pública, a UFSC foi se consolidando, alcançando sua maturidade. É considerada atualmente umas das dez melhores universidades públicas do país. Os números da UFSC de 2007 foram os seguintes: 26.737 alunos da graduação; 8.643 alunos de pós-graduação; 1.832 professores e 2.863 servidores técnico-administrativos.

No ano de 2009, foram criados três novos *campi*, em cidades do interior de Santa Catarina: Araranguá, Curitibanos e Joinville, além do já conhecido campus da Trindade, na capital Florianópolis, onde está estabelecida desde 1966, portanto, há mais de quarenta anos.

A Psicologia em Santa Catarina antes do Curso de Psicologia da UFSC

Situaremos, primeiramente, a história da psicologia em Santa Catarina anterior à criação do Curso de Psicologia da UFSC, justamente para que se possa compreender a importância

deste fato histórico na trajetória desta ciência e profissão no Estado.

Para tanto, utilizaremos dados coletados em pesquisa realizada pela autora no ano de 1998, para fins de apresentação na “I Jornada Catarinense de Psicologia”, promovida pelo Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região (CRP-12), em agosto do citado ano. Como vimos na introdução, foram entrevistados os dois primeiros psicólogos inscritos em oito cidades consideradas pólos do Estado, por serem as maiores em número de habitantes e de psicólogos inscritos no CRP na época (Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Itajaí, Joinville, Criciúma, Tubarão, Lages). Eis os elementos mais significativos coletados.

A Psicologia começou a se firmar como profissão no Estado de Santa Catarina no final dos anos 1960 e início da década de 1970, quando os primeiros psicólogos se instalaram aqui como profissionais, poucos anos após a aprovação da Lei n. 4.119/62, que regulamenta a profissão de psicólogo no país. É interessante notar que este período corresponde à etapa da formação socioeconômica do Estado em termos da chamada “integração e consolidação do capital industrial” (Goularti Filho, 2002, p. 201), que acaba por exigir diferentes profissões científicas para sustentar o esperado salto para a modernidade, entre elas, a função do psicólogo.

Antes mesmo da presença daqueles que poderíamos definir como *pioneiros*, por serem os primeiros a se instalarem nas suas cidades e consolidarem o exercício profissional da psicologia, houve a existência da figura de “psicólogos itinerantes”, que não fixavam residência, mas que iam e vinham para diferentes cidades do Estado de Santa Catarina, na sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul ou do Paraná, para exercer a atividade de psicólogo onde se fizesse necessário, conforme atestam vários entrevistados da pesquisa (Romão Jr., 1998; Vogel, 1998; Wronski, 1998). Essa situação demonstra a importância desses *desbravadores*, sobre os quais sabemos muito pouco, e indica uma boa temática para futuras pesquisas.

Conforme os dados obtidos nas entrevistas, os primeiros psicólogos, já registrados enquanto tais no Ministério da Educação e Cultura (MEC), ou no início das atividades dos Conselhos Regionais, a instalarem residência no Estado chegaram a Florianópolis, em 1968, seguido de Joinville,

em 1972, e Blumenau, em 1973. Mais tarde, em 1975, em Tubarão e, em 1976, em Lages. Em Itajaí, o ano de instalação do primeiro psicólogo foi em 1977 e, em Chapecó, 1978. Alguns desses psicólogos não tinham a graduação em Psicologia, mas adquiriram sua habilitação como psicólogo pelo benefício da lei 4119. Já outros tantos fizeram sua graduação em Psicologia em Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília. Houve também psicólogos vindos da Bahia e Mato Grosso do Sul (Alves, 1998; Balsini, 1998; França, 1998; Garcia, 1998; Geraldi, 1998; Palhares Filho, 1998; Poletto, 1998; Romão Jr., 1998; Silva, 1998; Vogel, 1998; Wronski, 1998; Zanatta, 1998).

Em praticamente todas as cidades pesquisadas, os primeiros locais de atuação dos psicólogos foram: o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), existentes em praticamente todas as cidades do Estado, com fins de realização dos testes psicotécnicos para a habilitação de motoristas; a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), objetivando a realização de avaliações psicológicas de pessoas com deficiência e seu acompanhamento. As APAEs foram criadas no país em 1954 e, no Estado de Santa Catarina, em 1955, na cidade de Brusque, logo espalhando-se por muitas cidades do Estado. Ambas as instituições tinham normas que obrigavam a existência dos serviços de psicologia, daí sua importância no cenário da consolidação do exercício da psicologia no país; nas cidades mais industrializadas, como é o caso de Blumenau, Joinville, Criciúma e Tubarão, os primeiros psicólogos instalaram-se para responder ao chamado das indústrias e grandes empresas, que estavam em fase de expansão devido à política desenvolvimentista que predominou no Estado depois dos anos 1960, como citamos acima, consolidando, assim, o campo da psicologia organizacional, com ênfase, naquele momento, nos processos de seleção, treinamento e acompanhamento de pessoal (Alves, 1998; Balsini, 1998; França, 1998; Garcia, 1998; Geraldi, 1998; Palhares Filho, 1998; Poletto, 1998; Romão Jr., 1998; Silva, 1998; Vogel, 1998; Wronski, 1998; Zanatta, 1998).

Outra área importante foi a do ensino de psicologia, seja nas Escolas Normais, seja nos cursos de Pedagogia, Filosofia, Letras, entre outros, de diversas Faculdades do Estado, como é o caso da Fundação Educacional de Criciúma

(FUCRI), hoje Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), e da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), em Tubarão, hoje Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), bem como da própria UFSC. Segundo os depoimentos, já havia a presença de professores de psicologia no Estado desde os anos de 1950, formados em cursos afins, habilitados para a docência e licenciatura na área, mas poucos se lançaram para o exercício profissional, ou para a psicologia aplicada, denominação mais comum na época (Silva, 1998), como ocorreu mais fortemente em outros locais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro (Baptista, 2004).

Voltando aos pioneiros dos anos de 1970, inicialmente chamados a atuar nas APAEs, Detrans, nas empresas e indústrias, acabaram por abrir, paralelamente, o seu consultório particular, começando a consolidar-se esta outra área importante – a psicologia clínica –, que pouco a pouco vai se constituindo com uma das áreas predominantes de atuação do psicólogo no Estado. Dessa forma, a clínica inicialmente caracterizava-se como uma atividade secundária dos psicólogos; somente no final da década de 1970 é que alguns psicólogos passam a se dedicar exclusivamente a ela (Alves, 1998; Balsini, 1998; França, 1998; Garcia, 1998; Palhares Filho, 1998; Romão Jr., 1998; Silva, 1998; Vogel, 1998; Wronski, 1998; Zanatta, 1998).

A primeira atividade de psicólogos em hospital e saúde pública de que se tem notícia é a contratação de dois psicólogos para o hospital Colônia Santana em 1972. No caso, o professor Roberto Caetano Castiglia e César Martins (Silva, 1998). Também em Joinville, em 1972, um psicólogo será contratado, para atuar numa instituição psiquiátrica, denominada Clínica Nossa Sra da Saúde (Balsini, 1998; Palhares Filho, 1998). Tais profissionais tinham como principais atividades assessorar o trabalho dos psiquiatras e enfermeiros, realizando a aplicação de testes psicológicos com fins de psicodiagnóstico, orientação e acompanhamento de pacientes em atendimento em praxiterapia, atendimento clínico a pacientes em unidades de curta duração (quadros agudos), atendimentos a pacientes em unidades de longa permanência (quadros crônicos e asilares), bem como orientação a familiares de pacientes, segundo depoimento de Araújo (2007).

A psicologia no Estado de Santa Catarina era realizada, desta forma, por poucos psicólogos que atuavam em muitas frentes, sendo que até 1977, totalizavam somente quinze profissionais registrados no CRP-07, conforme levantamento realizada pelo grupo de trabalho responsável pela implantação do curso de psicologia da UFSC (Silva, Lago, Castiglia, & Rocha, 1976). Em 1982, antes da formatura da primeira turma do curso da psicologia da UFSC, contavam-se em torno de 155 psicólogos residentes em Santa Catarina, registrados no Conselho. É interessante notar que esses números são apenas indicativos da presença de psicólogos, pois nem sempre estes profissionais registram-se no seu órgão de classe.

A psicologia consolida-se no Estado, conforme a descrição das atividades desenvolvidas por estes pioneiros, dentro da lógica da cultura psicológica da subjetividade privatizada e das conseqüentes práticas de ajustamento (“o homem certo para o lugar certo”), conforme preconizavam nos anos de 1960 e 1970 as atividades de avaliação psicológica, de seleção de pessoal, de acompanhamento das dificuldades de aprendizagem e as intervenções clínicas, da mesma forma como se constata o padrão hegemônico de atuação do psicólogo em outros locais do país (Mancebo, 1999).

De maneira geral, o questionamento a este modelo tradicional da psicologia começará, no Brasil, um pouco mais adiante, no final dos anos de 1980 e anos de 1990 (Conselho Federal de Psicologia, 1994). Em Santa Catarina, contribuirá com este movimento de questionamento dessa disciplina, a consolidação dos cursos de psicologia no Estado e a formação de psicólogos, que com o início de realização de pesquisas e de produção de conhecimentos psicológicos, contribuirá com a reflexão crítica sobre a própria profissão (Abreu, 2008; Lago, 2008). Daí a importância da instalação dos cursos de graduação no cenário histórico da psicologia no Estado.

Criação do Departamento e do Curso de Psicologia na UFSC

Desde 1956, a disciplina Psicologia começou a ser ministrada na Faculdade de Filosofia de Santa Catarina. O Prof. Lydio Callado (1919-2000), o mais antigo entre os professores de psicologia da faculdade, foi um

dos primeiros a lecionar esta disciplina (Baus & Guerra, 2006). Professores vão sendo aos poucos contratados e começam a dar aulas também para a pedagogia e serviço social, entre outros cursos, principalmente para as licenciaturas.

Em 1969, a partir das exigências da Reforma Universitária, foi constituído o Departamento de Psicologia, sendo que os professores, antes pertencentes à cátedra de psicologia, foram a ele vinculados. Eram ao todo treze professores, sendo que cinco deles tinham o registro de psicólogo junto ao MEC (Universidade Federal de Santa Catarina, 1980). O seu primeiro chefe foi o já citado Prof. Lydio. O Departamento recém criado foi convidado a fazer parte de diferentes centros que se consolidavam: Ciências Biológicas, Ciências da Educação. No entanto, o corpo docente, em função da sua visão de psicologia e, portanto, em função de “*uma questão mais epistemológica e ideológica*”, segundo depoimento da professora Mara Lago (2008), preferiu ficar junto ao Centro de Ciências Humanas (CCH), que, em 1991, teve seu nome modificado para Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH).

A expansão econômica do Estado e as exigências de seu crescimento sócio-cultural trouxeram como um dos desdobramentos a necessidade de atuação de psicólogos em diferentes frentes: no recrutamento e seleção das indústrias, na classificação e intervenção junto às pessoas com dificuldades de aprendizagem nas escolas, bem como na área da saúde mental. Havia, assim, uma demanda desses profissionais e, ao mesmo tempo, uma carência dos mesmos. Os psicólogos que atuavam em Santa Catarina até então eram formados em outros Estados, principalmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Desde a promulgação da Lei n. 4.119/62, que regulamentou a profissão de psicólogo e criou os Cursos de Psicologia no Brasil, em muitos estados brasileiros, principalmente na Região Sudeste e no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu uma rápida expansão destes cursos. Contudo, em Santa Catarina, isto se fará tardiamente.

Aos poucos, sustentados nestes argumentos, os professores do Departamento passam a reivindicar a criação de um Curso de Psicologia. O Reitor da UFSC, Gaspar Stemmer, através da Portaria n. 894/76, nomeia um grupo de trabalho, composto pelos

professores: Emiliania Cardoso da Silva, Roberto Caetano Castiglia, Mara Coelho de Souza Lago e Vera Lúcia Rocha, encarregados de estudar a viabilidade da implantação do Curso. Compunham também o grupo outros professores do Departamento: Lydio Callado, Ecy Lima Barreto, Mareli Cunha Garcia, Walmor Cardoso da Silva, Célia Iracema Kuerten Ribeiro, Lea Lamego Rosa, Maria Zita Koerich D'Ávila.

O grupo de trabalho ficou “encarregado de estudar a viabilidade de implantação do curso de psicologia nesta universidade, quantificando o mercado de trabalho, as implicações financeiras e a necessidades de novos docentes, bem como de apresentar sugestões sobre o currículo e o número de vagas do referido curso” (Portaria n. 894/76). Para tanto, o grupo realizou:

a) Levantamento junto ao Conselho Regional de Psicologia 7ª Região (CRP-07), que na época tinha a jurisdição de Santa Catarina, juntamente com o Rio Grande do Sul, do número de psicólogos domiciliados em Santa Catarina. Constatou-se que, até esse ano, existiam somente quinze psicólogos registrados no Conselho atuando no Estado. Segundo o relatório, “representam eles um número insignificante em relação às necessidades reais de profissionais de psicologia no Estado de Santa Catarina” (Silva et al., 1976, p. 5);

b) Aplicação de questionário com mostra aleatória de 25% de alunos de 2ª e 3ª série do 2º grau (designação da época) de colégios públicos e privados sobre desejo de cursar universidade e as escolhas de curso para uma amostra aleatória de cursos. “Dos 764 alunos que responderam ao questionário, 97,25% pretenderam ingressaram no 3º grau. Desta porcentagem, 130 alunos, ou seja, 17,94%, pensa em cursar psicologia” (Silva et al., 1976, p. 6), sendo considerado pela equipe como um resultado “altamente satisfatório”.

c) Realização de uma pesquisa acerca do mercado de trabalho em diferentes regiões do Estado, através da aplicação de questionários e entrevistas, realizado em empresas e indústrias do Estado; em escolas públicas e particulares; entrevista com o chefe da seção de Saúde Mental do Departamento de Saúde Pública; além de questionário aplicado aos psicólogos atuantes e residentes no Estado. Constatou-se a existência de demanda significativa por atuação de psicólogos tanto na área industrial, como na escolar e na clínica (Silva et al., 1976).

Segundo depoimento da Prof. Mara Lago (2008), primeira coordenadora do curso:

Fomos fazer uma pesquisa sobre as demandas por psicólogos, tanto nas empresas, quanto nas escolas e nos serviços de saúde. Nos serviços de saúde nós fizemos mais aqui na Grande Florianópolis, mas nas empresas nós fomos às cidades que eram de perfil empresarial como Criciúma, Joinville, Blumenau, etc. Nas escolas nós fizemos junto às Secretarias de Educação. Fizemos uma boa pesquisa, um bom levantamento de todas as possibilidades de demandas por psicólogos e conseguimos demonstrar essa necessidade muito bem.

A conclusão do grupo de trabalho é de que “o referido mercado caracteriza-se como aberto e com amplo potencial de absorção de recursos humanos” (Silva et al., 1976, p. 20). Argumenta ainda que “levando-se em conta que muitos candidatos não têm condições financeiras para se afastarem de Santa Catarina, isto coloca a profissão ao alcance de muito poucos privilegiados. A abertura do Curso de Psicologia, além dos motivos já citados, é, pois, uma medida de justiça social” (Silva et al., 1976, p. 6).

Com a professora Emiliania S. C. Silva à frente da comissão, foi entregue o projeto de criação do curso à Reitoria, que, além da justificativa que comprovava a necessidade de criação do curso, descrevia também as implicações orçamentárias, o número de docentes a serem contratados e a complexa estrutura curricular e ementas do futuro curso (Silva et al., 1976; Baus & Guerra, 2006). Essa proposta curricular, baseada nas exigências do currículo mínimo¹ fixada pelo Conselho Federal de Educação, conforme estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 4024/61), também foi sustentada na consulta a vários currículos de psicologia de outros cursos no Brasil, buscando uma síntese daquilo

¹ O currículo mínimo significava o núcleo mínimo necessário de matérias, fixado pelo Conselho Nacional de Educação para uma adequada formação acadêmica e/ou profissional em todo o território nacional, em cada um dos cursos abertos no país, conforme definido pela Lei nº 5.540/1968 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação, 2010).

que aquele grupo de professores do departamento considerava mais significativo para a formação de um psicólogo. Desta forma, o projeto político-pedagógico foi amplamente debatido entre os professores, consolidando uma posição epistemológica do Departamento, segundo depoimento da professora Mara Lago (2008):

O que nos preocupava era fazer uma psicologia aberta para as diferentes áreas e para as diferentes interpretações, para as diferentes correntes da psicologia, tanto que nós sempre colocamos assim, no mesmo pé de igualdade Escolas Psicológicas I, Escolas II, Escolas III, bem como as diferentes áreas clássicas de atuação do psicólogo.

O Currículo proposto continha um tronco comum, que todos os alunos deveriam cursar, um tronco diversificado, no qual o aluno optaria entre cursar disciplinas de bacharelado ou licenciatura e, por fim, um ciclo de formação de psicólogo. No tronco comum, havia o primeiro ciclo, chamado básico, que continha disciplinas afins, que contribuem na formulação do conhecimento psicológico: Filosofia, Antropologia, Ciências Sociais, Estatística, Biologia, Fisiologia, Anatomia, além da Metodologia Científica, Português e Estudos de Problemas Brasileiros, na época obrigatórias para todos os cursos da UFSC. Também disciplinas introdutórias como Psicologia Geral e História da Psicologia. Depois vinha o segundo ciclo, chamado de profissionalizante, que continha, por um lado, disciplinas dirigidas aos conhecimentos fundamentais para a compreensão dos fenômenos psicológicos: desenvolvimento, personalidade, psicopatologia, aprendizagem, relações humanas, diferencial, cognitiva, do ajustamento, bem como a psicologia experimental. Também contemplava a diversidade epistemológica da Psicologia, representada pelas Escolas Psicológicas: I – comportamentalismo, II – Gestalt e Fenomenologia, III – Psicanálise.

A parte diversificada do currículo, com disciplinas de formação pedagógica, para quem escolhesse a Licenciatura e disciplinas voltadas para a habilitação de psicólogo, para quem optasse pelo Bacharelado. Neste caso, o aluno deveria cursar disciplinas voltadas para a psicologia aplicada à indústria, psicologia

escolar, psicologia clínica, testes psicológicos diversos, técnicas de exame e aconselhamento psicológico. Por fim, o último ciclo, voltado para a Formação de Psicólogo, com os estágios obrigatórios em pelo menos duas áreas clássicas de atuação: clínica, organizacional, escolar.

O Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSC aprovou o curso em maio de 1977, a partir de parecer do conhecido antropólogo Sílvio Coelho dos Santos². No entanto, encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura, este órgão, num primeiro momento, negou a abertura do curso, pois não consideraram justificar a sua necessidade social, além de ser um curso caro, pois exigiria a abertura de laboratórios e de um serviço-escola. Esta negativa representou um momento de desespero para a equipe que formulou o projeto (Silva, 2000).

A solicitação de abertura foi logo reapresentada por solicitação do Reitor Stemmer, que, segundo relato da Prof^a. Emiliana (Silva, 2000), pediu para que ela, como coordenadora do grupo de trabalho, fizesse um arrazoado onde ela deveria “colocar seu coração”, para sensibilizar as autoridades do Ministério. Foi o que ela fez com primor, sendo que em setembro de 1977, foi dado o parecer favorável, com as seguintes palavras:

Em atenção às ponderações contidas no ofício n. 739/GR/77 e ao Parecer do Departamento de Assuntos Universitários, reconsidero a decisão anterior e autorizo o funcionamento do Curso de Psicologia desta Universidade (Ofício n. 2269/77).

Dessa forma, o Curso de Psicologia da UFSC, pioneiro neste Estado, foi criado em 1977, com base no Parecer n. 224 de 03 de maio de 77 do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP/UFSC) e autorizado pelo Ofício de n. 2.269/77 do Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC), de 19 de setembro

² Sílvio Coelho dos Santos foi ativista dos direitos indígenas e um dos principais etnólogos brasileiros. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e membro da Academia Catarinense de Letras. (Origem: www.wikipédia.org. Wikipédia, a enciclopédia livre, acessado em 20 de março de 2010).

de 1977, bem como pela Portaria n. 425/78/GR de 10 de outubro de 78. Seu reconhecimento ocorreu em 1983, através do Parecer n. 498/83 de 06 de outubro de 83 do Conselho Federal de Educação (CFE) e Portaria Ministerial n. 451/83 de 21 de novembro de 83 da Presidência da República. No relatório deste reconhecimento, feito pelo CESu (Centro de Ensino Superior, do MEC), são descritas as condições de espaço físico, biblioteca, laboratórios e clínica, estrutura curricular, corpo discente, estágios, corpo docente, atividades de pesquisa e extensão, consideradas satisfatórias, recomendando o reconhecimento do curso. “As deficiências existentes não comprometem a formação profissional e poderão ser sanadas com o passar dos anos e na medida em que o curso se empenhar na busca da excelência”, afirma o relatório (Parecer n. 498/83, 1983, p. 54), o que, passados mais de 30 anos de sua formulação, se verifica que a expectativa foi atingida.

O Curso teve por objetivos formar licenciados, bacharéis e psicólogos, capacitados, respectivamente, para lecionar psicologia nos cursos de nível médio, realizar pesquisas na área da psicologia e atuar nos diversos campos de intervenção da profissão.

Sua primeira turma ingressou em 1978 e formou-se em 1982. O corpo docente inicial era constituído pela maioria de professores com formação em pedagogia e filosofia e poucos psicólogos. Pouco a pouco, com a implantação de disciplinas específicas de atuação do psicólogo, como psicologia da indústria, psicologia clínica, psicologia escolar, testes psicológicos, bem como com a aproximação dos estágios obrigatórios, começou-se a realizar concursos para o ingresso de professores com formação em psicologia, que acabaram chegando de diferentes partes do país e com formações bastante diversificadas, o que foi consolidar a característica de ser um curso aberto a diferentes áreas e abordagens, conforme depoimento dos professores fundadores (Abreu, 2008; Lago, 2008; Mascarello, 2008).

Junto com o curso, como prerrogativa do currículo mínimo do MEC, foi constituído o Serviço de Atendimento Psicológico (SAPSI) da UFSC, que até os dias atuais, oferece, além de local de estágio, atendimento psicológico público e gratuito para a população de Florianópolis. Seu projeto foi elaborado inicialmente pelas Professoras Vera Rocha e

Emiliana, sendo que sua primeira coordenadora foi a Prof^a Tânia Mascarello, admitida na universidade em 1978. Seu objetivo era, além de proporcionar local de estágio para alunos de último ano, ser um centro de pesquisa e extensão para os professores. Inicialmente ficou mais restrito aos atendimentos clínicos e a dinâmicas de grupo, base para as supervisões de estágio, mas, aos poucos, com a chegada de novos professores, foi ampliando suas atividades para outras áreas da psicologia, como a orientação profissional, preparação para a aposentadoria, avaliação e perícia psicológica, tratamento para usuário de drogas, entre outros, além da realização de projetos de pesquisa e extensão (Mascarello, 2008).

O SAPSI atende nos dias atuais, em média, 300 usuários por ano, em diferentes modalidades de atendimento, já citadas acima. Realiza um importante serviço no sistema de saúde mental de Florianópolis, pois é um dos poucos locais a oferecer atendimento psicológico gratuito. Estão sendo concluídas as tratativas, em 2010, para a entrada do SAPSI na rede SUS (Sistema Único de Saúde), sendo que o convênio deve ser em breve assinado entre UFSC e Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Logo nos primeiros anos da implantação do curso, em 1979, também foi constituído o Laboratório de Psicologia Experimental, inicialmente organizado pela Prof^a. Mareli Cunha Garcia. Nesse ano, foi contratado o Prof. José Luis Crivellati de Abreu, chamado a ajudar na montagem do laboratório e que foi seu primeiro coordenador. “*Foram compradas caixas de Skinner da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento de Ensino de Ciências (FUNBEC), dentro do campus da USP, que produzia este tipo de material e orientava a forma de organização desses laboratórios de experimental no Brasil*” (Abreu, 2008). Esse relato corrobora com as descrições feitas por Maria Amélia Matos, quando narra a história da análise do comportamento no Brasil, detalhando como a Prof^a Carolina Bori, incentivada pelo Prof. Fred Keller, faz um projeto para a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para a construção de protótipos de equipamentos nacionais para o ensino da Psicologia Experimental.

Em breve foi firmado um convênio com o IBEC que assumiu a tarefa de reproduzir e construir esses protótipos.

Manuais de laboratório para experimentação com ratos e com pombos foram escritos. (...) Gradualmente o ensino de Psicologia Experimental tornou-se quase que sinônimo de ensino de Análise Experimental do Comportamento e espalhou-se por todo o país (Matos, 1998, p. 97).

Segundo Crivelatti de Abreu (2008),

“o objetivo do laboratório era fazer uma replicação dos experimentos de Skinner. A idéia era mostrar como as leis gerais do comportamento eram descritas e também experimentadas, por isso o uso do laboratório. Mas não era um laboratório de pesquisa, era um laboratório de ensino”.

Este caráter pedagógico e não de produção de conhecimento deveu-se, segundo o professor, à característica da Universidade à época, muito mais voltada para o ensino e com poucas iniciativas de pesquisas. Nesta dimensão pedagógica, ressalta ainda que era valorizado o ensino do pensamento e da linguagem científica aos estudantes, que deveriam aprender a elaborar observações e relatórios científicos, segundo modelos determinados (Abreu, 2008), bem de acordo com a discussão de Cirino, Nascimento, Miranda, & Lopes (2008), que demonstram o predomínio do uso dos laboratórios de psicologia experimental no Brasil como recurso didático para o ensino da ciência. Esta descrição mostra a força do *zeitgeist* da formação em psicologia daquele momento, cuja concepção de cientificidade era enraizada no positivismo e comportamentalismo.

Com a entrada de novos professores, o laboratório vai se transformando, efetivamente, em um laboratório de pesquisas, principalmente na área da Etologia, Psicologia Evolutiva e Análise Experimental de Comportamento.

Este caráter de produção de conhecimentos ganha força no curso a partir do início dos anos de 1990, como faremos discussão adiante, sendo que novas perspectivas epistemológicas e metodológicas irão se firmando no Departamento para além do laboratório de experimental, consolidando uma equipe de professores também com perfil de pesquisadores (Abreu, 2008).

Os anos de 1990 representaram no curso de psicologia uma abertura para perspectivas

mais críticas em psicologia, que questionavam os fazeres e saberes tradicionais, surgindo novas áreas emergentes da psicologia, indo além das clássicas clínica/escolar/organizacional, tendendo para a consolidação da psicologia social e comunitária, bem como para a inserção de psicólogos na saúde pública. Conforme o depoimento do Prof. Crivelatti de Abreu (2008):

Aos poucos foram criadas disciplinas optativas e estágios que se dirigiam para o trabalho junto à população, na área da saúde, da prevenção, do favorecimento do bem comum, sendo a saúde compreendida como uma parte do bem estar, não na dicotomia da saúde/doença, que é tão maniqueísta; algo que tem a ver com a vida em geral e não com o indivíduo apenas.

Muitas questões políticas estiveram presentes na consolidação dos colegiados do curso e do departamento, passando por problemas de espaço físico, embates internos do corpo docente, bem como reivindicações do corpo discente. Um dos embates mais conhecidos, ocorrido no início dos anos de 1980, foi a disputa entre professores mais antigos, com formação em pedagogia, e os mais novos, com formação em psicologia, sendo que o argumento dos mais novos era de que só deveria dar aulas no curso de psicologia, bem como chefiar o Departamento quem fosse psicólogo de formação, para garantir o reconhecimento do curso. O processo acirrou-se em uma das eleições para chefia do departamento, levando à renúncia da equipe dirigente, o que acarretou na nomeação de um interventor para o Departamento, por parte da Reitoria (Lago, 2008; Baus & Guerra, 2006).

Esses impasses tinham concepções e ideologias diferenciadas no seu bojo, entre elas a disputa por espaço profissional por parte dos psicólogos no início dos anos de 1980, buscando diferenciar-se daqueles que não tinham formação específica em psicologia, mas atuavam na área (Lago, 2008). Tais contradições, aos poucos, foram sendo superadas, pois com a ênfase na interdisciplinaridade que tomará força a partir do final dos anos de 1980 nas discussões acadêmicas, estas brigas deixam de fazer sentido (Lago, 2008).

Impactos do Curso de Psicologia da UFSC para a Psicologia no Estado de Santa Catarina

O Curso de Psicologia da UFSC mudou o cenário da profissão no Estado, pois o número de psicólogos cresceu significativamente, estabelecendo um espaço de reconhecimento e legitimação da profissão. No ano de 1977, quando da elaboração do projeto do curso, haviam 17 psicólogos inscritos no CRP-07 com endereço em Santa Catarina. Em 1987, dez anos depois, eram em torno de 350 psicólogos, sendo que neste momento ainda o curso da UFSC era o único que formava em Santa Catarina.

A partir da metade dos anos de 1980, começou a ser implantada uma nova política educacional que acabou por exigir a transformação das fundações e faculdades em universidades, incentivando o modelo de ensino privado (Antunes, 2004). Novos cursos de psicologia foram sendo criados no resto do Estado, também contribuindo para a consolidação da ciência e profissão. O segundo curso foi criado em Joinville, em 1985, em Itajaí em 1987, em Tubarão em 1990, em Joaçaba em 1994 e em Blumenau em 1995. Estes tiveram como professores muitos alunos egressos do Curso da UFSC. Daí em diante houve uma profusão indiscriminada de cursos, bem de acordo com a política acima mencionada.

Dessa forma, a partir da década de 1990 o número de psicólogos no Estado cresceu exponencialmente, acompanhando uma tendência nacional. Em 2007, trinta anos depois da criação do curso, o Estado de Santa Catarina contava já com outros 27 Cursos de Psicologia e quase sete mil psicólogos inscritos no CRP-12, segundo dados do site do Conselho Regional. No entanto, o único curso de caráter público e gratuito no Estado continuou sendo o da UFSC.

A política universitária a partir da Reforma Universitária de 1968 propôs a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todas as instituições de ensino superiores, bem como a institucionalização da pós-graduação (Meneghel, 2002). Tais prerrogativas trarão impactos para a organização dos departamentos, que devem voltar-se a tais atividades para além do mero ensino.

Meneghel (2002) afirma que:

A LDB atribuiu uma nova função à Universidade – contribuir na construção de um país desenvolvido e tecnologicamente autônomo – justificada como um imperativo da industrialização, a ser promovida nos moldes da Ciência e Tecnologia produzida nos países centrais, e de uma ampla reforma da sociedade, ávida de benefícios trazidos via desenvolvimento científico (p. 4).

Essas exigências chegarão um pouco tardiamente ao Departamento de Psicologia da UFSC, que voltar-se-á para a pesquisa mais no início dos anos de 1990 (Abreu, 2008). Este cenário influenciará na criação laboratórios e núcleos de pesquisa, que em 2008 contava com dez laboratórios e nove núcleos de estudos e de pesquisa, bem como na criação do programa de pós-graduação.

Será, assim, em 1995, através da Resolução 57/CEPE/UFSC de 06/12/94, criado o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFSC, hoje oferecendo os cursos de mestrado e doutorado, contribuindo na qualificação dos profissionais de psicologia e na formação de pesquisadores e docentes.

O Curso de Psicologia da UFSC, como o primeiro curso de Santa Catarina, tem sua importância na consolidação da ciência e profissão no Estado. Formou gerações de psicólogos, que, depois dos pioneiros, acima descritos, foram os responsáveis pela abertura de campo de trabalho para a psicologia e pela formação de novas gerações, na medida em que foram ser professores de outras instituições formadoras, surgidas em meados dos anos de 1980.

O Departamento de Psicologia da UFSC criou o primeiro curso de pós-graduação, ao nível de mestrado e doutorado em psicologia no Estado, contribuindo para a qualificação de geração de profissionais e docentes. Conta atualmente com 43 professores, dos quais 41 são doutores, sendo que a maioria tem uma significativa produção de pesquisas e extensão. Entre estes, doze são atualmente (2008) bolsistas produtividade do CNPQ, vários já foram da diretoria de Associações Nacionais da Psicologia, como da SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia), da ABRAPSO (Associação Brasileira da Psicologia Social), da SBPOT (Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho), da ABOP

(Associação Brasileira de Orientação Profissional), entre outras, inclusive de Associações Internacionais, como é o caso da FIAP (Federação Iberoamericana de Psicologia). Com isso, verificam-se as contribuições do Curso e do Departamento de Psicologia da UFSC para a consolidação da psicologia em Santa Catarina e no Brasil (Departamento de Psicologia, UFSC, 2009).

Referências

- Abreu, J. L. C. (2008, 05 de agosto). História do curso de Psicologia da UFSC (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Alves, M. A. (1998, 15 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Lages (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Antunes, M. A. (2004). A psicologia no Brasil do Século XX: Desenvolvimento científico e profissional. In Massimi, M., & Guedes, M. C. (2004). *História da Psicologia no Brasil: Novos estudos* (pp. 109-152). São Paulo: EDUC; Cortez.
- Araújo, C. (2007, 10 de maio). A História da Psicologia no Hospital Colônia Santana (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Balsini, G. N. (1998, 10 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Joinville (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Baptista, M. (2004). A Constituição da Identidade de Alguns Profissionais que atuaram como Psicólogos antes de 1962 em São Paulo. In M. Massimi, & M. C. Guedes (2004). *História da Psicologia no Brasil: Novos estudos* (pp 153-203). São Paulo: EDUC; Cortez.
- Baus, J., & Guerra, R. (2006). Dona Emiliana e o Departamento de Psicologia da UFSC. *Revista de Ciências Humanas*, 40, 265-297.
- Cirino, S. D., Nascimento, S. S., Miranda, R. L., & Lopes, M. G. (2008). Discutindo o uso do laboratório de análise do comportamento no ensino de psicologia. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1(10), 67-79.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (1994). *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios profissionais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Regional de Psicologia – CRP. (2008). *Dados sobre o CRP-12*. Recuperado em 25 de maio, 2008, de <http://www.crp.org.br>.
- Corrêa, C. H. (2000). A Criatividade Intelectual: Dependência e Liberdade. In S. C. Santos et al. (Org.). *Santa Catarina no Século XX: ensaios e memória fotográfica* (pp. 111-130). Florianópolis: Ed. UFSC: FCC ed.
- Departamento de Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. (2009). *Informações sobre o Departamento de Psicologia*. Recuperado em 25 de maio, 2009, de <http://www.cfh.ufsc.br/psicologia>.
- Ferreira Lima, J. (2000). *UFSC: sonho e realidade*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- França, M. D. (1998, 26 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Lages (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Garcia, M. T. (1998, 20 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Florianópolis (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Geraldi, P. A. (1998, 23 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Itajaí (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Goularti Filho, A. (2002). *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Ministério da Educação. (2010). *Currículo Mínimo: conceituações*. Recuperado em 15 de março, 2010, de <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus>.
- Lago, M. (2008, 12 de maio). História do curso de Psicologia da UFSC (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.

- Lei n. 3.849, de 18 de dezembro de 1960. (1960, 18 de dezembro). Cria a Universidade Federal de Santa Catarina. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (1961, 20 de dezembro). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 (1968, 28 de novembro). Institui a Reforma Universitária. Brasília, DF: Presidência da República.
- Mancebo, D. (1999). História dos cursos de Psicologia no Rio de Janeiro (1953-1979): aspectos metodológicos. In M. C. Guedes, & R. H. F. Campos. *Estudos em História da Psicologia*. São Paulo: EDUC.
- Mascarello, T. (2008, 05 de junho). História do curso de Psicologia da UFSC (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Matos, M. A. (1998). Contingências para a Análise Comportamental no Brasil. *Psicologia USP*, 9(1), 89-100. Recuperado em 15 março, 2008, de <http://www.scielo.br/scielo.php?>.
- Meneghel S. M. (2002). A crise da universidade moderna no Brasil. In 25ª *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Caxambu. Recuperado em 15 de março, 2010, de: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/25ra.htm>.
- Ofício n. 2.269, de 19 de setembro de 1977. (1977, 19 de setembro). Autoriza a abertura do curso de psicologia da UFSC. Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC).
- Olabuénaga, J. I. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Palhares Filho, A. (1998, 10 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Joinville (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Parecer n. 224, de 03 de maio de 1977. do CEP/UFSC (1977, 03 de maio). Justifica a criação do curso de psicologia da UFSC. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Parecer n. 498, de 06 de outubro de 1983 do Conselho Federal de Educação. (1983, outubro de 1983). Regulamenta o curso de psicologia da UFSC. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação. Conselho de Ensino Superior.
- Piazza, W. F., & Hübener, L. M. (1987). *Santa Catarina: História da Gente* (2ª ed). Florianópolis: Lunardelli.
- Poleto, L. (1998, 25 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Chapecó (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Portaria n. 220, de 30 de setembro de 1969. (1969, 30 de setembro). Implantou a Reforma Universitária na UFSC, orientando as mudanças em relação ao campus universitário, administração e vestibular. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Portaria n. 425/78/GR, de 10 de outubro de 1978. (1978, 10 de outubro). Cria o curso de psicologia – UFSC. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Portaria n. 894, de 1976, do Gabinete do Reitor da UFSC. (1976). Nomeia grupo de trabalho para verificar viabilidade de criação do curso de psicologia na UFSC. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Portaria Ministerial n. 451, de 21 de novembro de 1983 da Presidência da República. (1983, 21 de novembro). Regulamenta o curso de psicologia da UFSC. Brasília, DF: Presidência da República.
- Resolução n. 57/CEPE/UFSC, de 06 de dezembro de 1994. (1994, 06 de dezembro). Cria o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFSC. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.

- Romão Jr., L. (1998, 07 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Blumenau (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Santos, S. C. (Org). (2000). *Santa Catarina no Século XX: ensaios e memória fotográfica*. Florianópolis: Editora da UFSC: FCC Ed.
- Silva, E. M. C. (1998, 20 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Florianópolis (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Silva, E. S. C. (2000, 30 de abril). História do curso de Psicologia da UFSC – 23 anos (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Silva, E. S. C., Lago, M., Castiglia, R., & Rocha, V. (1976). *Projeto para criação do curso de psicologia da UFSC*. *Não Publicado*.
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. (1980). *Catálogo de Graduação – 1979/80*. Florianópolis: UFSC.
- Vogel, E. F. (1998, 08 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Blumenau (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Wronski, P. V. (1998, 30 de julho). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Tubarão (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.
- Zanatta, M. L. (1998, 25 de agosto). História dos Pioneiros da Psicologia em Santa Catarina – Criciúma (Entrevista concedida a Daniela R. Schneider). *Não Publicado*.

*Enviado em Março de 2009
Revisado em Maio de 2010
Aceite final em Maio de 2010
Publicado em Agosto de 2010*

Nota da autora: Daniela Ribeiro Schneider. Psicóloga, professora do Departamento de Psicologia da UFSC, Mestre em Educação (UFSC), Doutora em Psicologia Clínica (PUC/SP), membro da ANPEPP no GT de História da Psicologia.